

Ass Const

23/10/85, QUARTA-FEIRA • 11

Haroldo Hollanda

Líderes perdem comando político

A tramitação ontem no Congresso, da emenda do presidente Sarney, de convocação da Constituinte, evidenciou, em toda a sua gravidade, fenômeno já denunciado por vários e experimentados políticos: as lideranças dos diversos partidos não comandam nem lideram as suas bancadas. O senador Hélio Gueiros, líder interino do PMDB, queixava-se de que um acordo acertado entre todas as lideranças, não estava sendo respeitado. Discrepâncias de todos os tipos e natureza estavam sendo levantadas ao sabor das circunstâncias emocionais e do rumo dos acontecimentos. No PMDB era visível um movimento de insubordinação de caráter ideológico contra a emenda Sarney. Os grupos de esquerda, tendo à frente o deputado Francisco Pinto, faziam críticas não só aos procedimentos políticos adotados durante a fase preliminar de votação da matéria na Comissão Mista, como ao próprio conteúdo da emenda Sarney. Alegava ele que a sua assinatura, dada como de apoio ao parecer do deputado Walmor Gívarina à emenda Sarney, fora colhida para outro fim, evidenciando práticas do antigo regime, às quais, de acordo com seu julgamento, o PMDB como partido não podia recorrer.

No PDS, o grupo de extrema-direita mais radical do partido, aliava-se ao Partido dos Trabalhadores, do deputado José Genuíno, da extrema-esquerda, para juntos se oporem à aprovação da emenda Sarney, fazendo assim coro com os que pregam a Constituinte autônoma. Uma tese de cunho nitidamente de esquerda. Assim, o grupo **malufista** mais exaltado tenta se vingar e se recuperar politicamente, da derrota por ele sofrida na última sucessão presidencial, ingressando num caminho no qual não se saberá como poderá, mais tarde, compatibilizar seus interesses políticos com os do Partido dos Trabalhadores.

O deputado Francisco Pinto lembrava que em passado recente era possível ao PMDB negociar internamente melhor as suas questões, tendo em vista a existência de dois grupos predominantes, o dos **moderados** e o das esquerdas independentes. Hoje, ambos os grupos se sentem dispersos e desarticulados, o que dificulta o encaminhamento no seio do partido de qualquer negociação política.

Na Frente Liberal, especialmente em Minas Gerais, há um movimento de insatisfação com o Governo, pois naquele Estado os correlegionários do ministro Aureliano Chaves se sentem marginalizados ou preteridos pelo PMDB. Mas no bojo da rebelião da Frente Liberal mineira se encontra também presente, e a ela solidário, o deputado Saulo Queiroz, secretário-geral do partido. O deputado mineiro José Machado, da Frente Liberal, que não se deixa contaminar, ao contrário de muitos outros, por questões fisiológicas, vem arguindo junto a seus correlegionários que a emenda Sarney, de convocação da Constituinte, é tão espúria quanto o finado Colégio Eleitoral. O deputado José Machado sempre foi favorável ao ponto de vista do deputado paulista Flávio Bierrembach, do PMDB, que pregava em consonância com a OAB e a Igreja uma Constituinte autônoma. Outro mineiro, o deputado Humberto Souto, também da Frente Liberal, manifesta a opinião de que o seu partido só podia crescer politicamente, se tivesse discorcado do PMDB, perfilhando o parecer Bierrembach, da Constituinte autônoma.

Conversando informalmente com jornalistas, o deputado Flávio Bierrembach atribuía as graves dificuldades e embaraços enfrentados pela liderança do Governo para aprovar a emenda Sarney à ausência de negociação e entendimentos na fase preliminar de votação da matéria.

O deputado e ex-governador mineiro, Rondon Pacheco, atribuía à confusão reinante no meio parlamentar, no seio de todos os partidos, a ausência de uma coordenação política por parte do presidente José Sarney. Esposando antiga tese, voltou a insistir na sua opinião de que, no regime presidencial de governo, o presidente da República não se pode omitir na tomada de decisões e no encaminhamento das questões políticas de maior repercussão na vida nacional.

O senador Hélio Gueiros, do PMDB, reconhece que se incorporaram à emenda da Constituinte questões polêmicas que nada tinham a ver com ela, como a das desincompatibilizações e a da anistia aos militares. Isso contribuiu para tornar mais árida e penosa a aprovação da matéria. Parlamentares de todos os partidos ligados aos ministros, tentavam encurtar os prazos de desincompatibilização daquelas autoridades. Sucede, porém, que a maioria dos deputados pretende ampliar esses prazos. A anistia aos militares, além das suas inevitáveis implicações políticas, suscita dúvidas quanto à sua eficácia prática, o que aumenta o pardemônio em que se transformou gerir politicamente o Congresso.

JORNAL DE BRASÍLIA

ANC 88
Pasta 10/85-2
075/1985